



Coloque-se na posição de um articulista que, ao deparar-se com a reportagem *Mulheres encampam empoderamento feminino com armas após decreto de Bolsonaro*, abaixo reproduzida, resolve escrever (baseado nas informações dessa reportagem) um **artigo jornalístico opinativo** para uma série especial sobre violência contra a mulher, publicada em revista de grande circulação. Nesse artigo você, necessariamente, deverá **expressar uma clara opinião sobre a polêmica de que trata a matéria abaixo, considerando se facilitar para as mulheres o acesso a armas de fogo poderia reduzir a violência contra a população feminina no Brasil.**

Mulheres encampam empoderamento feminino com armas após decreto de Bolsonaro

Armadas e empoderadas. Este é o nome do grupo que a empresária Solange Lopes, 39, dona de uma loja de roupas e de um salão de beleza no Mato Grosso do Sul, criou em uma rede social para compartilhar informações sobre armamento com outras mulheres.

“Empoderamento não é levantar bandeira e mostrar peito na rua. É ter uma arma na cintura, usar salto e ir trabalhar todos os dias”, diz ela, que aprendeu a atirar aos 10 anos com o pai em um sítio onde vivia em Rondônia.

Termo comum no vernáculo feminista, empoderamento tem sido usado por mulheres que veem no armamento um meio de autodefesa. Elas comemoram o [decreto assinado por Jair Bolsonaro \(PSL\)](#), que facilita a posse de armas. Solange, que também é uma das presidentes do Instituto Defesa, que luta pelo acesso da população a armas, e dona da página “Musas de direita do Mato Grosso do Sul”, afirma que “atirar libera adrenalina”. “Funciona como uma válvula de escape para mim”, conta ela, que prefere armas pesadas — a favorita é a espingarda de calibre 12.

A empresária diz que, antes de atirar em um criminoso, daria um tiro de alerta, para cima, para mostrar que está armada. A deputada federal Joice Hasselmann (PSL) pensa diferente. “A melhor forma de você enfrentar um bandido em potencial, um esturpador em potencial, é estar armado e saber usar a arma. De preferência mirar bem no meio das pernas e atirar.” Joice evita usar o termo “empoderada”. Prefere “poderosa”. “A mulher poderosa que sabe mexer numa arma, o bandido não vai dar uma de besta do lado dela não”, diz. “A arma tem que estar na mão de quem tem que se defender, e não na mão do bandido”. Para a deputada, “a posse é um primeiro passinho”. Ela diz que vai atuar pela liberação do porte, ou seja, do direito de carregar a arma fora de casa. Joice justifica sua posição dizendo que o “estupro virou uma epidemia” em São Paulo. Houve um aumento de 356% em dez anos nos registros desse tipo de crime, segundo dados da Secretaria da Segurança Pública de SP.

De janeiro a novembro (último dado atualizado) de 2018, foram registrados 11.025 estupros no estado. No mesmo período em 2008, foram 3.092 casos. Por outro lado, pesquisadores em segurança pública desincentivam o armamento, argumentando que isso coloca a população ainda mais em risco e torna os conflitos mais letais. Pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) aponta que cerca de 70% das [vítimas de estupro](#) conheciam o esturpador. Cerca de 50% das mulheres assassinadas no país são mortas com armas de fogo, segundo dados do Ministério da Saúde — taxa menor que a de homens, que fica em torno de 75%.

Foi também em busca de defesa pessoal que a servidora pública Jacqueline Neves, 31, moradora de Brasília, decidiu se armar, há cerca de um ano. “A mulher tem certas limitações físicas, em comparação com o homem. E a arma funciona como um equalizador de forças”, afirma. “Com mulheres armadas, os homens vão pensar duas vezes antes de bater ou esturpar alguém.”

Mas ela diz que só dispararia um tiro contra alguém caso a vida estivesse em risco. “O brasileiro tem que saber que a arma deve ser usada apenas em última instância, não primeira”, diz ela, que vive sozinha e deixa a arma a postos sempre que recebe algum prestador de serviços em sua casa. Jacqueline também criou uma página em uma rede social, chamada “Armadas Brasil”, para divulgar conteúdo pró-armamento. Já tem mais de 18 mil seguidores, a maioria homens, diz ela.

O objetivo para o futuro é criar uma associação para incentivar a legítima defesa feminina e disseminar a prática de tiro esportivo. “Os clubes de tiro são um ambiente muito familiar. Muitos acham que o clima é pesado, mas têm muitos avós e crianças.”

O esporte funciona como uma espécie de ioga para a pedagoga Jovanka Leal, 47, professora de educação na Universidade Federal de Sergipe. “Trabalha a respiração, a concentração e a postura”, afirma ela, que já foi a favor do desarmamento. Começou na atividade ao retornar de um doutorado na Espanha, em 2016, porque seria a forma mais prática de ter acesso a uma arma de fogo. Para ela, mulheres que já sofreram algum tipo de ataque por homens deveriam ser orientadas a fazer o treinamento e se armar.

A própria passou por uma experiência traumática no início dos anos 2000, quando ficou com uma faca no pescoço durante um assalto. Hoje, como não tem porte, costuma carregar um spray de pimenta na bolsa quando sai de casa.

Com símbolos de um salto alto, uma caveira e uma bandeira do Brasil, acompanhados da hashtag #empoderamento, a deputada estadual Leticia Aguiar (PSL) também comemorou o decreto. “Nós mulheres somos as maiores vítimas do desarmamento civil”, diz ela. “Uma mulher desprotegida é alvo fácil para que o estupro ocorra, uma mulher armada e preparada em seu dia a dia, é sinônimo de mais segurança.”

Nem todas ficaram felizes com a medida. Para Jacqueline, o documento não deveria ter limitado os lugares em que a pessoa deve morar para ter direito a uma arma. Já Jovanka acredita que é necessário aprimorar a etapa de formação, estipulando um mínimo de horas para aulas de tiro: “Não é um cofre que impedirá que a arma seja usada de maneira errada.”

Para a promotora de Justiça Valéria Scarance, especializada em enfrentamento à violência contra a mulher, é preciso ter cautela quanto ao uso de armas para autodefesa. “Nem sempre a arma intimida um agressor. E, caso a mulher não tenha destreza em seu manuseio, pode causar danos graves”, explica. Diante de uma situação de perigo, a recomendação é acionar a polícia.

Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/mulheres-encampam-empoderamento-feminino-com-armas-apos-decreto-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em 08.03.2019. Adaptado.

Este material está registrado em cartório sob a Lei dos Direitos Autorais. Assim, “é vedada a reprodução deste material — seja para fins didáticos ou comerciais — sem a devida autorização da autora. LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro, 1998.